

Acordo com FMI deverá exigir novo plano econômico

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a que o Governo brasileiro se comprometeu com os bancos credores internacionais, exigirá a formulação de um novo plano econômico, que determine uma nova programação financeira e fiscal para o período a ser abrangido no acordo. Essa é a convicção de técnicos qualificados da área econômica que se preparam para iniciar negociações com o FMI e que participaram da elaboração e execução dos acordos anteriores entre o Governo brasileiro e o Fundo.

A mesma convicção é manifestada pelo economista Alberto Sozin Furuguem, ex-chefe do Departamento Econômico do Banco Central, nos anos de 1980 a 1983, quando foi um dos principais negociadores brasileiros com o FMI. "Será necessário fazer um novo programa, mesmo porque o Plano Macroeconômico já está comprometido", afirmou Furuguem.

Os técnicos da atual equipe da área econômica acreditam que a política salarial será um dos pontos centrais a ser discutido com o Fun-



do. Os recentes aumentos salariais, em termos reais, desencadeados pelo setor público e que começam a se generalizar na economia brasileira, serão encarados pelo FMI como um fator de realimentação inflacionária. Além do encargo adicional, no fim do ano, do 13º salário dos trabalhadores. Não será surpresa para esses técnicos que o Fundo proponha nova contenção salarial no País.

Todos os modelos de ajuste econômico aplicados pelo FMI partem, na verdade, de um princípio básico: o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países que adotam o seu programa. E a partir desse pressuposto, explicam os técnicos, que se entende o esforço exigido para a contenção do déficit do setor público. Caso contrário, um país passa a demandar recursos externos para financiar seu déficit, causando novo desequilíbrio no balanço de pagamentos.

No caso brasileiro, o comportamento do balanço de pagamentos é considerado satisfatório. E o FMI deverá manifestar o temor de que a persistência de déficits públicos elevados no País jogue por terra o ajuste obtido na área externa.

A batalha pelo controle do déficit público deverá voltar, então, a plena carga. Tradicionalmente, o FMI opta pelo corte de despesas para equilibrar as finanças públicas. Contudo, para o Brasil, a segunda alternativa,

que é o aumento de impostos, deverá ser examinada com atenção.

Isso porque os dados do Governo brasileiro indicam uma queda vertiginosa da carga tributária líquida no País. Em 1970, a carga líquida era de 17,43% do Produto Interno Bruto (PIB), caindo para 8,9% do PIB em 1985. Uma perda estimada, em dólares de 1985, em US\$ 250 bilhões.

Como é do estilo do FMI, prevêem os técnicos do Governo, o primeiro dado a ser checado no Plano de Controle Macroeconômico será a meta de 3,5% do PIB fixada para o déficit público neste ano. O Governo já sabe que essa meta será superada, não se podendo contar com menos de 4% de déficit público em 1987.

A partir dessa informação, os representantes do Fundo vão querer saber como o Governo brasileiro pretende alcançar a meta de 2% do déficit em 1988. Nesse caso, não bastarão promessas, será necessário colocar no papel todos os passos em direção ao cumprimento da meta, como de resto será exigido, por escrito, em relação a todas as áreas abrangidas pelo novo programa.

No campo da política monetária — outro foco central da política de ajuste preconizada pelo FMI — não deverá haver conflito em relação à política de taxas de juros praticadas, que têm sido positivas e reais, como manda o figurino da instituição.

O crédito rural, porém, considerando uma válvula de escape importante neste ano na emissão de moeda, deverá mudar com a adoção de metas mais restritivas de política monetária. Nas contas do crédito rural é que se identificam impulsos fora de controle na liquidez do sistema.

O economista Alberto Furuguem, mais à vontade na atual condição de empresário do que na antiga posição de membro do Governo, acredita que o receituário do FMI continua o mesmo da gestão de Delfim Netto no Ministério do Planejamento (Governo Figueiredo), quando se discutiam sucessivas cartas de intenções ao Fundo. Furuguem, da empresa de consultoria Macroanálise, observou que mudanças numa instituição como o FMI são sempre lentas e pode-se ter certeza de que o diagnóstico será severo em relação à execução do Plano Macroeconômico.

Não que a ortodoxia do Fundo condene inapelavelmente ajustes que passam pelo congelamento de preços, ressaltou Furuguem, mas todo o esforço será dirigido para soltar as amarras do controle sobre os preços da iniciativa privada, devolvendo ao País uma realidade mais próxima à dinâmica do próprio mercado. O Governo pode até querer dourar a pílula e dizer que houve mudanças, mas o FMI que vem aí é o mesmo de sempre, concluiu Furuguem.